



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE ARARAQUARA

PROCESSO N.º: SEDUC-PRC-2020/17822

CONVENIADA: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rincão.

ASSUNTO: Prestação de Contas referente ao Termo de Colaboração.

PARECER CONCLUSIVO

Prestação de contas do Exercício 2019

A presente Prestação de Contas do Termo de Colaboração assinado entre a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de RINCÃO, objetivando a transferência de recursos financeiros do Estado à OSC, para atendimento de educandos que necessitam de apoio permanente-pervasivo com deficiência Intelectual ou deficiência múltipla associada à deficiência Intelectual e de apoio substancial ou muito substancial com transtorno do espectro autista ou deficiência múltipla associada ao transtorno do espectro autista, que não puderem ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular, foi analisada por este Núcleo de Finanças, segundo os critérios contidos nas Instruções nº 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – publicadas no Diário Oficial do Estado de 04/08/2016 (redação dada pela Resolução nº 03/2017).

Visando atendimento ao disposto nos incisos II, III, IV e V, artigo 189 das instruções supracitadas, bem como proporcionar total compreensão do presente parecer, destaco abaixo informações referentes aos valores praticados no termo do de colaboração em destaque:

FONTE RECURSO	PARCELA	DATA REPASSE	VALOR (R\$)
005003002	1	30/01/2019	20.273,94
005003002	2	29/03/2019	20.273,94
005003002	3	28/06/2019	20.273,94
005003002	4	30/09/2019	20.273,94

Data do recebimento da prestação de contas:	29/01/2020
Saldo anterior:	0,00
Total de repasse no exercício:	81.095,76
Rendimento de aplicação financeira (+):	185,13
Total de receita no exercício (=):	81,280,89
Total das despesas (-):	81280,89
Saldo recolhido (=):	0,00
Data do recolhimento:	



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE ARARAQUARA

Quanto ao atendimento ao disposto nos incisos i, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, e XIII do artigo 189, das instruções TCE nº 02/2016:

I - A localização e o regular funcionamento da beneficiária, finalidade estatutária e descrição o objeto: Av. Francisco Fioranelles, 155 – Jd. Bela Vista, Rincão – SP – CEP: 14830-000. Repasse de recursos financeiros objetivando a transferência de recursos financeiros do Estado à OSC, para atendimento de educandos que necessitam de apoio permanente-pervasivo com deficiência Intelectual ou deficiência múltipla associada à deficiência Intelectual e de apoio substancial ou muito substancial com transtorno do espectro autista ou deficiência múltipla associada ao transtorno do espectro autista, que não puderem ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular.

VI - Se as atividades desenvolvidas com os recursos próprios e as verbas públicas repassadas se compatibilizam com as metas propostas, bem como os resultados alcançados, indicando análise quantitativa e qualitativa do cumprimento do plano de trabalho, com exposição das razões da não consecução ou extrapolação das metas pactuadas: As metas em fornecer atendimento aos educandos que necessitam de apoio permanente-pervasivo com deficiência Intelectual ou deficiência múltipla associada à deficiência Intelectual e de apoio substancial ou muito substancial com transtorno do espectro autista ou deficiência múltipla associada ao transtorno do espectro autista, que não puderem ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular. Os serviços foram executados dentro dos prazos e condições estabelecidos no Termo de Colaboração. As metas quantitativas, qualitativas e as obrigações estabelecidas no Plano de Trabalho foram cumpridas.

VII - O cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria: Todas as cláusulas foram cumpridas atendendo as disposições da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, bem como pelo Decreto nº 61.981, de 20 de maio de 2016 e conforme Resolução SE nº 59/2016.

VIII - A regularidade dos gastos efetuados e sua perfeita contabilização, atestadas pelo órgão/entidade concessor (a): Os gastos foram efetuados dentro da regularidade prevista, atestados e contabilizados dentro das normas da legalidade.

IX - A conformidade dos gastos às normas gerais sobre licitações e contratos administrativos definidos na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações: Os gastos estão em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 8666/93 e mediante as cláusulas e condições especificadas no Termo de Colaboração e no Plano de Trabalho.

X - Que os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da entidade beneficiária, do tipo de repasse e do número do ajuste, bem como do órgão/entidade repassador (a) a que se referem: Todos os documentos originais e suas cópias contêm a identificação da entidade beneficiada, tipo de repasse, nº do ajuste e o órgão repassador.

XI - A regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas, quando a aplicação dos recursos envolverem gastos com pessoal: Todos os encargos trabalhistas previstos na legislação vigente foram recolhidos e apresentados de acordo com os holerites anexos na prestação de contas.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE ARARAQUARA

XII – O atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público: De acordo com a documentação analisada os gastos foram executados atendendo aos princípios exigidos e dentro das propostas da política governamental.

XIII - A existência e o funcionamento regular do controle interno do órgão ou entidade público (a) conessor (a), com indicação do nome completo e CPF dos respectivos responsáveis: Rosalinda Conde Torres Silva - CPF: 131.188.258-80.

Nestes termos, enquanto servidor do Núcleo de Finanças, ATESTO:

- Que os incisos I à XIII, artigo 189 das Instruções TCE nº 02/2016, que dizem respeito ao Termo de Colaboração assinado, foram atendidos;
- Que os documentos exigidos nos incisos do artigo 105, das mencionadas Instruções TCE nº 02/2016, foram atendidos;
- Que os gastos realizados no exercício de 2019 foram efetuados de acordo com as regras estabelecidas no Termo de Colaboração.

Araraquara, 18 de março de 2020.

Responsável pela análise

Celso Antonio Aquino
R.G. 9.969.090-6
Assistente Técnico

De acordo,

Paulo Pereira da Silva
Dirigente Regional de Ensino

Rosalinda Torres Conde Silva
Controlador Interno